

A Comissão Especial de Licitação da Concorrência Pública nº 046/2021, cujo objeto compreende a contratação de Parceria Público-Privada (PPP), para a concessão dos serviços de iluminação pública no município, incluindo a modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da rede municipal de iluminação pública, torna pública para conhecimento dos interessados as respostas aos pedidos de esclarecimentos, nos termos do Item 3 do Edital:

Nο	DOCUMENTO	ITEM	ESCLARECIMENTO SOLICITADO	RESPOSTA
1	EDITAL	Item 12.3.4.2,	PERGUNTA = O Ente Público vai revisar a exigência	Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União
		subitem (iii), com	através de errata permitindo a somatória de	a limitação ao somatório de atestados é permitida nos casos
		leitura concomitante	atestados com períodos concomitantes como	em que a complexidade do objeto se dá mediante sua
		do item 12.3.4.2.2	permite a jurisprudencia? RAZÃO DA PERGUNTA =	dimensão quantitativa (Acórdão 7105/2014; Acórdão
			O item não permite a somatória de atestados;	2.150/2008 e Acórdão 3069/2016). Considerando o objeto da
			entretanto tal limitação não encontra respaldo na	presente licitação, qual seja, a concessão dos serviços de
			jurisprudencia atual como exemplo recente do	iluminação pública no município, incluindo a modernização,
			TJ/MG Agravo interno Cv: AGT 10000170930788002	eficientização, expansão, operação, manutenção e
			e considerando que em se tratando de Telegestão,	melhoramento da rede municipal de iluminação pública, é
			grande parte dos contratos vigentes no país, prevê	evidente que a complexidade dos serviços a serem prestados
			a aplicação em apenas partes do parque como por	variam em razão da dimensão do parque de iluminação.
			exemplo, somente em avenidas; o que torna difícil	Neste caso, o somatório de diferentes atestados não garante
			operadores do setor possui tal quantidade elevada	a comprovação da execução do serviço proposto com a
			em um só atestado	qualidade e prazo necessário para o atendimento integral das
				determinações estabelecidas em edital. Os termos da
				presente licitação foram elaborados com vistas a



		1	PREFEITURA WIUNICIPAL DE SANTA LUZIA	-
				proporcionar ampla concorrência. Além da imensurável quantidade de empresas prestadoras de serviços de manutenção e modernização de redes de iluminação pública, atualmente existem 51 contratos de concessão de serviços de iluminação pública vigentes no país, sendo que, ao menos 30 destes contratos se referem a redes de iluminação pública cuja dimensão corresponde ao quantitativo exigido na comprovação da habilitação técnica do presente edital.
2	EDITAL	Item 12.3.4.1 cm leitura concomitante ao item 5.1.5 do Plano de Negócios Referencial	PERGUNTA = Qual a razão técnica para o item exigir a comprovação de R\$ 52.239.713,71 em empreendimentos de infraestrutura em um só atestado? RAZÃO DA PERGUNTA = O plano de negócios referencial que embasa o valor do contrato e tudo que se relaciona a ele, apontou que a alavancagem estudada foi o financiamento de 70% dos investimentos para os cinco primeiros anos, considerando elegível para financiamento de fato 55% que equivaleria a aproximadamente 10,71 milhões. Assim o limite para investimentos dos cinco primeiros anos seria, segundo o robusto estudo de 19,47 milhões. Ou seja, a exigência de expertise está 62,72% acima do que seria possível ser financiado, o que também implica em quebra da jurisprudencia de que atestações só podem exigir 50% da quantidade do objeto e essa exigência de demonstrar capacidade de investimento foi classificada como exigência técnica, portanto submissa à jurisprudencia dos TCE's e TCU.	O estudo referencial considerou investimentos da ordem de 130,6 milhões ao longo do período de Concessão, sendo que 31% desse montante está previsto para execução no primeiro ano da Concessão. O valor de R\$ 52.239.713,71 corresponde a 40% do CAPEX TOTAL. A jurisprudência do TCU considera regular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo igual ou inferior a 50% do quantitativo de bens e serviços que pretende contratar(Acórdão 2696/2019-TCU-Primeira Câmara de rel. Min. Bruno Dantas, Acórdão 3663/2016-TCU-Primeira Câmara de rel. Min. Augusto Sherman), sendo que o valor exigido no item 12.3.4.1 está em conformidade com a referida jurisprudência.



3	ESTUDOS	Item 7 do Plano de	PERGUNTA = Porque o estudo referencial não	As condições de financiamento utilizadas na modelagem
	ECONÔMICOS	Negócios Referencial	aponta o ICSD, que é o índice que interessa aos	foram baseadas na linha de financiamento do BNDES FINEM
			bancos?	– Eficiência Energética. Embora não conste no plano de
				negócios referencial, o limite do ICSD considerado para o
				modelo foi de 1,3. O índice de cobertura do serviço da dívida
				(ICSD) é um indicador especialmente relevante nas operações
				de Project Finance, uma vez que ele demonstra ao agente
				financiador a capacidade do projeto de pagamento de
				financiamento por seus próprios méritos. Embora tenha sido
				considerado no estudo referencial, o plano de negócios não
				apresentou o ICSD, porque o ICSD que será apresentado ao
				Banco financiador será o da Contratada para a modernização,
				manutenção, ampliação e operação da Infraestrutura de
				iluminação pública do Município de Santa Luzia.
	EDITAL	Item 5.5 do Edital	No item 5.2 do edital está descrito que o valor total	O estudo referencial considerou em sua Demonstração de
			do contrato é de R\$ 300.533.794,98. Já o item 11.1.2	Resultado do Exercício - DRE o aporte de recursos amortizado
			(vi) mostra que o limite para a Contraprestação	durante o período de concessão. Sobre o valor amortizado foi
			Mensal Máxima é de R\$ 1.107.500,00.	aplicada a incidência do PIS e COFINS.
			Multiplicando o valor da Contraprestação máxima	A modelagem referencial considerou a receita amortizada do
			pelo prazo do Contrato chegamos a R\$	aporte e a mesma influenciou no resultado tributável. O
			265.800.000,00.	Modelo Referencial ainda considerou o regime de Lucro Real
			A diferença encontrada é justamente o valor do	para a apuração do tributo.
			aporte público apresentado no item 5.5 do edital (R\$	Assim, o valor do aporte público pode ser integrante do valor
			34.733.794,98).	de contrato.
			No many automotive aut	
			No nosso entendimento o valor correspondente ao	
			aporte público não pode ser considerado como	
			integrante do valor do contrato já que este	
			montante recebido, pelo parceiro privado, não	
			sofrerá a incidência de Imposto de Renda (IRPJ),	



		CSLL e contribuição ao PIS e Cofins. Nosso entendimento está correto?	
ANEXO 10 DA MINUTA DE CONTRATO	Item 4	No item 4 do ANEXO 10 - MECANISMO PARA CÁLCULO DO PAGAMENTO DA CONCESSIONÁRIA estão descritas as regras para aferimento do Bônus sobre a economia de energia. É apresentada a seguinte formula: BCE = FC · \(\sum_{m=1}^{12} \) Tarifa _m · \(\{ \text{CIMinicial}_i \cdot \text{QPIP}_m \cdot \pi \) dias _{mi} · T _{mi} · (1 - MEC) Onde: • FC (Fator de Compartilhamento): percentual a ser compartilha correspondente a 85% (pitenta e cinco por cento);	Onde se lê: $BCE = FC \cdot \sum_{m=1}^{12} Tarifa_m \\ \cdot \left\{ CIMinicial_i \cdot QPIP_m \cdot \#dias_{m_i} \cdot T_{m_i} \cdot (1 - MEC) \\ \cdot \frac{DIC}{2} - Consumo \ Faturado_m \right\}$ Leia-se:
		 Tarifa_m: Tarifa de energia B4a em [R\$/kWh] utilizada pela EMPRI de apuração da fatura de energia vigente no mês m do período eventuais adicionais de bandeiras e tributos; 	$\cdot \left\{ \text{CIMinicial}_{i} \cdot \text{QPIP}_{m} \cdot \left(\text{\#dias}_{m} \cdot \text{T}_{m} - \frac{DTC}{2} \right) \right\}$



•	CIMinicial _i :	Carga	Instalada	Média,	por	PONTO	DE	ILUMINAÇ

m: mês de referência, variando de 1 (um) a 12 (doze);

CADASTRO BASE, incluindo a carga de equipamentos auxiliares, c

 $CIMinicial_i = \frac{CI_i}{QP_i}$

Sendo:

- CI_i: Carga Instalada [kW] dos PONTOS DE ILUMINAÇ.
 CADASTRO BASE, incluído a carga de equipamentos aux
- QP_i: Quantidade total dos PONTOS DE ILUMINAÇÃ CADASTRO BASE, inclusive os pontos de tecnologia LED.
- QPIP_m: Quantidade de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA consta de avaliação m;;
- MEC: Meta de eficiência para compartilhamento do BCE, equivale cento) da META DE EFICIENTIZAÇÃO;
- Consumo Faturado_m: Consumo de energia em KWh faturado pel no período de avaliação m;
- #dias_{mi}: Número de dias do mês de avaliação m;
- T_{mi}: Tempo em horas (h) utilizado pela EMPRESA DISTRIBUIDOR conta de energia no mês de avaliação m de acordo com a R 2590/2019;
- DIC: Duração de Interrupção Individual da unidade consumido iluminação pública apurado pela EMPRESA DISTRIBUIDORA no me

Podemos notar que caso não ocorra interrupção do fornecimento de energia às cargas de iluminação pública durante o período de aferição do bônus de



	Nosso entendimento está correto?	
	de cálculo do BCE.	
	concluir que há um erro na composição da fórmula	
	fator de compartilhamento, fato que nos leva a	
	produto do consumo faturado, tarifa de energia e	
	um valor do BCE função apenas do somatório do	
	parcela da soma entre chaves da fórmula, gerando	
	seria calculado valor zero para toda a primeira	
	energia, com consequente valor zero para o DIC,	

Santa Luzia, 21 de junho de 2021

Presidente da Comissão Especial de licitação Portaria nº 22.424 de 15 de abril de 2021